

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUSANA SARDINHA MONTEIRO

CÁTIA MARQUES CEBOLA

FÁBIO DA SILVA VEIGA

COORDENADORES



DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA GLOBAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUSANA SARDINHA MONTEIRO

CÁTIA MARQUES CEBOLA

FÁBIO DA SILVA VEIGA

COORDENADORES



Porto | Leiria
2023



O editor não é responsável pelas opiniões, comentários e manifestações contidas nos textos dos respectivos autores. A presente obra expõe exclusivamente a opinião de cada autor como manifestação do seu direito à liberdade de expressão e ao padrão acadêmico-científico definido pelo parâmetro de revisão do Comité Científico. O editor se opõe expressamente a qualquer das páginas desta obra ou partes da mesma nas quais sejam utilizados resumos ou textos jornalísticos. Qualquer forma de reprodução, distribuição, comunicação pública ou transformação desta obra só pode ser realizada mediante autorização de seus titulares, salvo exceção prevista na lei. Portanto, este livro não poderá ser reproduzido de forma integral sem a autorização prévia dos editores. Os autores dos capítulos ficam autorizados à reprodução e indexação na forma eletrônica sem fins comerciais, fazendo-se menção de que os respectivos textos pertencem à integralidade do livro, desde que citados o editor e demais informações da obra. Quaisquer outras formas de cessão do uso da obra, sem a autorização prévia, por escrito, dos titulares do copyright, são consideradas proibidas.

Avaliação double-blind peer review

O procedimento de seleção de originais ajusta-se aos critérios específicos de investigação, no qual se indica que as admissões dos trabalhos publicados respondem a critérios de qualidade equiparáveis aos exigidos pelas revistas científicas, nomeadamente avaliação *double-blind peer review* do Comité Científico composto por doutorados que avaliam em conformidade com a especialização da matéria.

The editor is not responsible for the opinions, comments and manifestations contained in the texts of the respective authors. This book presents exclusively the opinion of each author as a manifestation of their right to freedom of expression and the academic-scientific standard defined by the Scientific Committee's review parameter. The editor expressly opposes any of the pages of this work or parts thereof in which summaries or journalistic texts are used. Any form of reproduction, distribution, public communication or transformation of this work can only be carried out with the authorization of its right holders, except for the exception provided for by law. Therefore, this book may not be reproduced in full without the prior permission of the publishers. The authors of the chapters are authorized to reproduce and index them electronically for non-commercial purposes, mentioning that the respective texts belong to the entire book, provided if the publisher and other information about the work are cited. Any other forms of assignment of use of the work, without the prior written authorization of the copyright holders, are considered prohibited.

Process of evaluation is the system of double-blind peer review

The original selection procedure adjusts to specific research criteria, in which it is indicated that the admission of published papers responds to quality criteria comparable to those required by scientific journals, namely double-blind peer review evaluation by the Scientific Committee composed of doctorates that they evaluate in accordance with the expertise of the matter.

Ficha Técnica

© 2023 Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos– IBEROJUR

Título: Direitos Humanos, Cidadania Global e Desenvolvimento Sustentável

Coordenadores: Fábio da Silva Veiga, Susana Sardinha Monteiro e Cátia Marques Cebola

Edição e Diagramação: Larissa de Souza Cunha Ouchi

© [Autores vários]

Suporte: Eletrónico; Formato: PDF

ISBN: 978-989-35052-0-5

1ª edição: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e Instituto Jurídico
Portucalense.

Rua de Avilhó, 214, Matosinhos (Porto) - Portugal. 4460-282.

Julho, 2023

Depósito Legal - Biblioteca Nacional de Portugal n.º 518139/23

A Promoção dos Direitos Humanos pelo Olhar de Estudantes do Ensino Superior da Área da Intervenção Social

Jenny Gil Sousa¹

Patrícia Silva²

Sara Dias³

Sumário: 1. Contextualização dos direitos humanos; 2. Objetivos do desenvolvimento sustentável e sua importância na sociedade atual; 3. Os direitos humanos e os ODS na formação de estudantes do ensino superior; 4. O estudo: metodologia e procedimentos; 5. Apresentação e discussão dos resultados; 5.1. Proposta de intervenção: parceria com a Atlas e o Mexe-te; Considerações Finais.

Resumo: Os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento sustentável, são fundamentais na construção de comunidades mais resilientes e inclusivas, promotoras de prosperidade e bem-estar. Falar de direitos humanos é falar de um mundo mais justo, produtivo e sustentável, numa equação onde entra, inevitavelmente, o desenvolvimento de atitudes e de comportamentos na construção e defesa de uma cultura universal dos direitos humanos para todos. Portanto, atuar sob a égide dos direitos humanos é uma responsabilidade de todos os cidadãos, mas especialmente daqueles que se estão a formar para serem trabalhadores sociais. Este aspeto toma especial relevo quando focamos o ensino superior, mais concretamente, os estudantes que estão em cursos da esfera da intervenção social e a quem é pedida uma maior literacia neste domínio, uma vez que se estão a formar em áreas que têm na sua base o compromisso ético-político com o respeito e a promoção dos direitos humanos. Neste trabalho apresentamos as representações de 133 estudantes a frequentar cursos na área da intervenção social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria (Portugal), no que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos, bem como, à problemática do Desenvolvimento sustentável. Como instrumento de recolha de dados foi utilizado o inquérito por questionário, tendo os dados sido tratados através de análise estatística simples. Os resultados permitiram perceber que, embora estas áreas de intervenção reclamem dos próprios estudantes vastos conhecimento dos direitos humanos, das suas garantias e formas de defesa, estes nem sempre são do conhecimento geral. Para além disso, embora os estudantes e futuros profissionais tenham reconhecido a importância da construção de uma cultura de respeito da dignidade humana, quando a construção desta cultura tem implicações diretas no modo como vivem quotidianamente, os participantes atribuem-lhe menor importância e significado. Face ao exposto, percebe-se a necessidade de se apostar na formação de personalidades autónomas, responsáveis e prontas para exigir não apenas os seus direitos, mas também que os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos. Neste quadro, emerge a necessidade de se mobilizar estratégias e práticas educativas que foquem não só os contextos escolares, mas parcerias com instituições da área. Assim, o presente texto termina com a apresentação de uma proposta de intervenção com a Atlas-People Like Us, que permitirá a aquisição de conhecimentos e competências no âmbito dos direitos humanos, alicerçadas na própria vivência dos valores.

¹ Doutorada em Estudos Culturais, área de especialização em Hermenêuticas Culturais. Professora da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria. Investigadora integrada do CICS.NOVA.IPLeia e investigadora colaboradora do CI&DEI – Centro de Estudos em Educação e Inovação. E-mail: jenny.sousa@ipleiria.pt

² Licenciada em Serviço Social, Assistente Social na Atlas People Like Us. E-mail: patricia.ferreira_silva@hotmail.com

³ Licenciada em Política Social, Assistente Social na Atlas People Like Us. E-mail: sara.sisd@gmail.com

Palavras-chave: Direitos Humanos; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Ensino Superior; Intervenção Social.

Abstract: Human rights, including the right to sustainable development, are fundamental to building more resilient and inclusive communities that promote prosperity and well-being. To speak of human rights is to speak of a more just, productive, and sustainable world, in an equation which inevitably includes the development of attitudes and behaviours in the construction and defence of a universal culture of human rights for all. Therefore, acting under the aegis of human rights is a responsibility of all citizens, but especially of those who are being trained to be social workers. This aspect takes on special relevance when we focus on higher education, more specifically on students in courses in the sphere of social intervention and who are required to have greater literacy in this area, since they are training in areas, which are based on an ethical-political commitment to the respect and promotion of human rights. In this paper, we present the representations of 133 students attending courses in the area of social intervention at the School of Education and Social Sciences of the Polytechnic of Leiria (Portugal), regarding the promotion and protection of human rights, as well as the issue of Sustainable Development. A questionnaire survey was used as a data collection instrument, and the data were processed through simple statistical analysis. The results allowed us to perceive that, although these areas of intervention require from the students themselves a vast knowledge of human rights, their guarantees, and forms of defence, these are not knowing. Furthermore, although students and future professionals have recognised the importance of building a culture of respect for human dignity, when the construction of this culture has direct implications in the way they live daily, the participants attribute less importance and meaning to it. In view of the above, we perceive the need to invest in the formation of autonomous and responsible personalities, ready to demand not only their rights, but also that the rights of others are respected and fulfilled. In this context, there is a need to mobilise educational strategies and practices that focus not only on school contexts, but also on partnerships with institutions in the area. Thus, the present text ends with the presentation of an intervention proposal with Atlas-People like us, which will allow the acquisition of knowledge and skills in the field of human rights, based on the very experience of values.

Keywords: Human Rights; Sustainable Development Goals; Higher Education; Social Intervention.

1. Contextualização dos Direitos Humanos

A temática dos direitos humanos ocupa uma preocupação central no mundo inteiro, estando a proteção da dignidade humana, do estado de direito, da justiça, da igualdade e a não discriminação na essência do conceito. Hoje, mais do que nunca, as sociedades têm o dever e a responsabilidade de respeitar e promover os direitos humanos, não esquecendo que se trata de direitos universais e que não deve ser feita qualquer diferenciação por etnia, cor, género, língua, religião ou qualquer outra condição (Lúcio, 2013; Trivisonno, 2020).

Assim, e na senda do defendido por Lopes e Vicente (2014), ao se promover a igualdade e a cidadania, tem de se ter em conta “outros valores que derivam da dignidade e da igualdade e que ‘alimentam’ também os direitos humanos, como por exemplo; Liberdade, Respeito pelo Outro, a Tolerância e a Justiça” (p.13).

A este propósito, e tal como se pode ler no sítio eletrónico do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), as Nações Unidas definiram “uma ampla gama de direitos internacionalmente aceites, incluindo direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. Também estabeleceu mecanismos para promover, proteger esses direitos, e auxiliar os Estados a cumprirem as suas responsabilidades”. No entanto, e conforme é apontado no Relatório Global do Estado da Democracia (2021), apesar de existirem leis explícitas de direitos iguais para todos, este aspeto não se mostra suficiente para fins de efetivação desses direitos e continuamos a deparar-nos diariamente com várias formas de opressão e supressão da dignidade humana (Sacavino, 2022).

A Declaração Universal dos Direitos humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, não está a ter um efeito globalmente coercivo, existindo ainda países que não sofrem sanções no caso de infração ou desrespeito pelos direitos humanos. Para além disto, constata-se que existem muitos outros fatores e obstáculos que afetam o verdadeiro cumprimento das leis e o pleno respeito pelos direitos humanos, como uma má governação, instabilidade económica e política e existência de corrupção (Grubba & Nistler, 2018). Por outro lado, a falta de conhecimento, compromisso e segurança são também algumas das lacunas visíveis na implementação dos direitos humanos (Assy, 2022; Lúcio, 2013).

Neste sentido, o conhecimento destaca-se como uma ferramenta fulcral para uma maior consciencialização e capacitação na luta dos direitos dos outros e para a reivindicação dos seus próprios direitos (Barreiro, Faria & Santos, 2011). Assim, o empoderamento através da educação traduz-se numa participação mais ativa de todos os cidadãos, capacitando-os para contribuir na transformação de uma sociedade mais plena, justa, clarividente e principalmente mais proativa na procura de mudanças e de soluções inovadoras (Assy, 2022; Gamarnikow, 2013).

Esta aprendizagem sobre os direitos humanos pode acontecer de modo formal, informal e não formal, numa lógica de intervenção desde as gerações mais novas, até às gerações mais velhas (Flowers, 2002). Apesar de já se verificar, atualmente, preocupação do ensino regular para trabalhar diversas temáticas relacionadas com a cidadania e os direitos humanos (Zluhan & Raitz, 2014), a verdade é que a educação não-formal também detém um papel de relevo. Com efeito, esta forma de aprendizagem, que se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades fora do sistema tradicional, permite uma liberdade maior, tanto nos métodos de ensino como na própria aprendizagem, possibilitando um maior ajuste às necessidades individuais de cada cidadão (Caride Gómez, 2007).

Assim, no âmbito da Educação e da Aprendizagem para os Direitos Humanos, as Organizações Não Governamentais (ONG) têm tido um papel determinante, através do desenvolvimento de currículos, da organização de ações de formação e da produção de materiais didáticos (Moreira & Gomes, 2013). O trabalho desenvolvido por estas entidades assenta em lógicas de ação que passam, sobretudo, pela consciencialização mais realista do que acontece realmente na sociedade, no país e até no mundo, dependendo da missão de cada ONG.

De facto, a consciencialização é o primeiro passo para a mudança e para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos, sendo que é “indiscutível a relação causal entre educação, pobreza e/ou exclusão social, direitos humanos e cidadania” (Lopes & Vicente, 2014, p.9). Assim sendo, espera-se que esta consciencialização evolua para atitudes e comportamentos, padrões, leis e medidas de implementação dos direitos humanos, existindo uma necessidade urgente de passar da teoria para a prática.

De forma a orientar os objetivos e metas emergentes, foi desenvolvido um plano de ação global, a Agenda 2030, com “fortes raízes na Declaração Universal dos Direitos Humanos e, em geral, nos princípios e normas internacionais de direitos humanos”, conforme se explica no *site* do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH, 2023). Por isso, os mecanismos de prevenção e resolução têm de ser baseados em valores como a paz, a inclusão, a dignidade humana e a igualdade e promover o entendimento mútuo, a tolerância e a aceitação da diferença. Em termos de operacionalização, devem ser apoiadas e desenvolvidas iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, que contribuam para a defesa destes direitos, através de ações que promovam o *empowerment* das populações e das comunidades.

Destacamos, neste particular, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) enquanto elementos fundamentais no desenvolvimento de comunidades emancipadas e no estabelecimento de padrões de participação cidadã, que contribuam para o reforço da justiça social.

2. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e sua Importância na Sociedade Atual

Foi no ano de 2015 que se definiram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa cimeira da ONU, em Nova Iorque. Esta agenda apresentava como princípios orientadores a erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico, social e

ambiental à escala global até 2030, ficando assim conhecida como a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Sendo um dos objetivos da agenda 2030 “concretizar direitos humanos de todas as pessoas e contruir um mundo de respeito universal”, esta assume como compromisso “não deixar ninguém para trás”. Embora o que esteja definido seja universal e ambicioso, denota-se a importância atribuída às pessoas e às diversas dimensões associadas ao seu bem-estar, como sejam as questões de identidade de género, as situações de pobreza e as comunidades vulneráveis (ACNUDH, 2023).

Estas ideias são explicadas e aprofundadas no sítio eletrónico português dedicado aos ODS⁴, onde se pode ler que:

“a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. São 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global.”

As Nações Unidas declararam a década de 20-30 como sendo de ação, definindo o caminho para cumprir os objetivos do desenvolvimento sustentável. Salientaram, ainda, a urgência de se dar uma profunda transformação no modo como as sociedades consomem, produzem e investem para que se o Planeta Terra se mantenha habitável. A este propósito, Pereira et al. (2021) chamam a atenção para o alerta dos cientistas: se até 2030 não se alterar o modo como se trata o Planeta Terra, já não se conseguirá impedir que este mude para condições que não se conhecem e que, possivelmente, serão bem mais adversas à vida humana.

Nesta linha de orientação, os mesmos autores (Pereira et al., 2021) explicam ainda que a forma como o mundo e as sociedades se têm desenvolvido criou problemas catastróficos no nosso planeta. Assistimos à degradação da biosfera e a diversas crises climáticas, e, ao mesmo tempo, ao aumento das desigualdades e ao surgimento de novos fenómenos de exclusão social. Há uma necessidade emergente de consciencializar a sociedade de que quando há uma crise climática há também uma crise social. A este fenómeno acresce que em 2050 se prevê que sejamos aproximadamente 10 mil milhões de pessoas no planeta, tendo existido um crescimento acelerado a partir de 1950.

Também a partir desta data a indústria, a tecnologia e a energia promoveram o aumento de riqueza dos países; a par disso, o aumento da atividade económica permitiu às famílias o aumento de poder de compra. Conforme se pode ler no *site* da Agência de Energia

⁴ Disponível em <https://ods.pt/ods/>

e Ambiente da Arrábida (ENA, 2023), tendo em conta estes dados, os valores representativos da situação de pobreza extrema têm vindo a diminuir, mas, segundo a ONU, 11% da população mundial ainda vive na pobreza extrema e luta para satisfazer as necessidades mais básicas. Esta percentagem representa um universo de 780 milhões de pessoas que vivem com menos de 1,90 dólar por dia, ou seja com menos de 1,80€ por dia.

Ainda segundo o mesmo website, o caminho para atingir os ODS até 2023 é reforçar a importância do Desenvolvimento sustentável, entendido enquanto modelo de desenvolvimento que procura a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.

Face ao exposto, o desenvolvimento sustentável e a consciencialização para a alteração de comportamentos da e na sociedade é uma meta que não deve ser ignorada e sobre a qual devemos concentrar esforços. Esta é uma preocupação central, que carece de disponibilização e/ou criação de todas as ferramentas possíveis para que se possa alertar para a adoção de comportamentos adequados, mas, principalmente, sensibilizar sobre os que devemos alterar para conseguirmos estabelecer uma relação de harmonia com o ambiente e com os recursos que nos são disponibilizados pela Natureza. Assim, o desenvolvimento sustentável:

“visa melhorar as condições de vida de todos, preservando-se o meio envolvente a curto, mas também a longo prazo, tendo como objetivo um desenvolvimento economicamente eficaz, socialmente equitativo e ecologicamente sustentável. Tal implica um uso razoável dos recursos da Terra e a preservação das espécies e dos habitats naturais. (ENA, 2023)”

Desta forma, o desenvolvimento sustentável inclui conceptualmente três componentes: a sustentabilidade ambiental, a sustentabilidade económica e a sustentabilidade sociopolítica, defendendo aspetos basilares como o combate à pobreza, a preservação do planeta, o acesso à saúde, economia sustentável e o acesso à educação para todos.

É de salientar a importância da sustentabilidade económica e de refletir sobre o impacto social, ambiental e económico, seja a nível nacional, municipal ou até na criação de uma empresa. Esta reflexão sobre os métodos de intervenção ou atuação, conseguirá antecipar as consequências para as pessoas, para a sociedade e para os ecossistemas (Pereira et al., 2021; Lopes & Vicente, 2014).

Em jeito de síntese, pensar o desenvolvimento sustentável implica refletir sobre as possibilidades de proporcionar um nível de vida digno a todos, sem comprometer as gerações futuras. Este pensamento deve ser transmitido aos jovens, que se encontram também na fase de desenvolvimento pessoal e profissional, de forma a sensibilizá-los para a alteração de comportamentos e para refletirem sobre soluções sustentáveis, criativas e inovadoras.

3. Os Direitos Humanos e os ODS na Formação de Estudantes do Ensino Superior

Num mundo global e em constante mudança, o ensino superior vê-se perante desafios que vão muito para além da mera transmissão de conteúdos. Se o mundo está a mudar rapidamente, o ensino deve acompanhar essa mudança e atualmente vinca-se a preocupação com a aquisição de competências cognitivas, intrapessoais e interpessoais, conforme explica a Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD, 2019).

Com efeito, o ensino de hoje procura dotar os estudantes de ferramentas para a construção do conhecimento, numa lógica a que a OECD (2019) designa de “navegar sozinhos”. Como eixo estruturador desta ideia está o bem-estar, não só individual, mas global: eu, outros e o planeta.

Assim, segundo o *Livro Verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior*, deve emergir a preocupação em se proporcionar uma educação que prepare os indivíduos para o exercício de uma cidadania ativa, ou seja, “a formação de cidadãos socialmente responsáveis, com pensamento crítico e autónomo é um dos principais papéis do sistema de ensino em geral, e do ensino superior em particular” (Marques, 2018, p. 65).

Neste contexto, e ainda segundo o mesmo documento, competências como as “*thinking skills*”, que englobam o pensamento crítico e reflexivo são centrais, a par com a aquisição de conhecimentos específicos e a promoção de um conjunto diversificado de habilidades.

Estas habilidades, segundo a OECD (2019), dizem respeito a habilidades cognitivas e metacognitivas, compostas pelo pensamento crítico e criativo, capacidade de aprendizagem e auto-regulação. Para além disso, existem as habilidades sociais e emocionais, que contemplam a empatia, a autoeficácia, a responsabilidade e a colaboração. Também são valorizadas as habilidades práticas e físicas, que incluem o uso de novos dispositivos de tecnologia e informação. Em síntese, procura-se que o estudante aprenda a pensar e a ser mais capaz na estruturação dos caminhos da vida e do trabalho.

Estas ideias estão em coerência com o defendido no *Livro Verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior*, que resume do seguinte modo o papel das Instituições do Ensino Superior (IES) na sociedade atual:

“Tendo como atividade principal a formação dos estudantes, as IES possuem a oportunidade de formar cidadãos socialmente responsáveis. Estas instituições desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de cidadãos, não só com competências técnicas indispensáveis ao exercício profissional, como igualmente com a competência de poder usar o conhecimento em benefício da sociedade, contribuindo para a construção de um mundo melhor. A formação

dos estudantes deverá ser conseguida numa simbiose perfeita entre competência e consciência socialmente responsáveis. (Marques, 2018, p. 64)”

Neste quadro, salienta-se a importância de se apostar em atividades de formação, difusão e produção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento do respeito e da promoção dos direitos humanos (Benevides, Amorim & Rego, 2018). O desafio consiste em integrar o conhecimento dos direitos humanos, não apenas fornecendo informação, mas promovendo uma atitude ativa de defesa destes direitos (Marques, 2018). O aumento do conhecimento e da capacidade de intervenção implica um maior envolvimento de atores em iniciativas de capacitação e formação, garantindo um efeito multiplicador deste tipo de ação, enquanto condição necessária para promover a transformação social esperada, tal como é defendido na Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022.

A educação é, portanto, um pilar estruturante na mudança dos comportamentos e na internalização de valores, a serviço da sensibilização, da proteção e da promoção dos direitos humanos e o contributo do Ensino Superior neste domínio é incontornável (Benevides, Amorim & Rego, 2018).

Também a Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos humanos (Council of Europe, 2010) alerta para a importância do papel desempenhado pela educação na promoção dos valores fundamentais do Conselho da Europa – a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito – e na prevenção de violações dos direitos humanos, sendo cada vez mais considerada como um meio para combater o aumento da violência, do racismo, do extremismo, da xenofobia, da discriminação e da intolerância.

Assim, o papel das IES destaca-se na sensibilização e na consciencialização para a mudança de comportamentos e para a transformação social. Neste desiderato, a participação ativa, de estudantes, docentes e partes interessadas, na agenda local, nacional e internacional de desenvolvimento sustentável é fundamental, uma vez que “o ensino superior é um fator central para o desenvolvimento cultural, económico e social, enquanto capacitador endógeno e promotor dos direitos humanos, desenvolvimento sustentável, democracia, paz e justiça” (Marques, 2018, p.115). Face ao exposto, o autor reforça ainda: “as IES deverão ser encaradas como um dos principais impulsionadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)” (Marques, 2018, p.114).

Neste domínio, é crucial o envolvimento dos estudantes no seu próprio processo de aprendizagem, onde os ambientes de ensino-aprendizagem detêm um papel importante. Nesta intenção, a adaptabilidade e o trabalho colaborativo em contextos interdisciplinares e

multidisciplinares, através de parcerias com instituições e associações da comunidade, são fundamentais (OECD, 2019).

Em bom rigor, o desenvolvimento das competências ligadas ao saber, saber fazer, saber ser e saber viver, “podem atingir-se através de iniciativas de cariz formal, informal e não formal, realizadas quer no contexto das IES, quer em contextos específicos de prática profissional” (Marques, 2018, p. 72). Neste sentido, a construção de práticas educativas articuladas com instituições e associações da comunidade podem constituir-se naquilo que Marques (2018) chama de aprendizagem-serviço e que configura “uma forma de aprendizagem pela experiência, em que o envolvimento em projetos sociais apoia o processo de aprendizagem, eventualmente no âmbito de unidades curriculares, tornando os estudantes mais ativos e consolidando o desenvolvimento das suas competências” (p. 73).

Esta ideia é corroborada pela Carta do Conselho da Europa sobre a Educação para a Cidadania Democrática e a Educação para os Direitos humanos (Council of Europe, 2010), que defende que as organizações não-governamentais e as organizações juvenis podem dar um valioso contributo para a educação para a cidadania democrática e para a educação para os direitos humanos, particularmente através da educação não formal e informal, devendo, por isso, ser-lhes dada a possibilidade de cumprir este papel e serem apoiadas nesse sentido.

Face ao exposto até ao momento, facilmente se percebe a importância de se promover este tipo de construção pessoal e profissional junto dos estudantes do ensino superior, designadamente, de cursos relacionados com a intervenção social. As IES devem ter a preocupação de formar cidadãos conscientes dos seus impactos na sociedade (Marques, 2018; Teixeira, Costa, Coelho & Barbosa, 2022), e este aspeto é particularmente revelante nos estudantes que irão trabalhar em âmbito social. Na verdade, se atuar sob a égide dos direitos humanos é uma responsabilidade de todos os cidadãos, ela revela-se particularmente significativa para os que se estão a formar para serem trabalhadores sociais, a quem é pedida uma maior literacia neste domínio, uma vez que se estão a formar em áreas que têm na sua base o compromisso ético-político com o respeito e a promoção dos direitos humanos (Lúcio, 2013; Sacavino, 2022; Zluhan & Raitz, 2014).

Com efeito, o desafio consiste em integrar os conhecimentos em direitos humanos e desenvolvimento sustentável aos outros saberes, fazendo-os ganhar sentido cognitivo, emocional e comportamental, por meio de parcerias com associações e instituições, com quem devem partilhar uma visão integradora deste processo, promovendo a transformação pessoal e social (Benevides, Amorim & Rego, 2018).

Em síntese, estamos perante processos educativos que reclamam dos próprios estudantes um vasto conhecimento de direitos humanos e das suas garantias. Neste processo, está envolvida a IES, mas também as instituições e associações da comunidade, que, em parceria, podem criar estratégias de formação de uma cultura de respeito da dignidade humana.

4. O Estudo: Metodologia e Procedimentos

Tendo por base as ideias levantadas até ao momento, considerou-se pertinente identificar as perceções dos estudantes a frequentar cursos da área da intervenção social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria (Portugal), no que se refere ao fortalecimento de uma cultura de cidadania ativa e de respeito pela dignidade humana. Assim, de um modo mais concreto, este estudo procurou dar resposta aos seguintes objetivos: 1) conhecer as representações dos estudantes no que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos; 2) perceber a perspetiva dos estudantes no que concerne à problemática do desenvolvimento sustentável.

A partir dos objetivos delineados para este estudo, a metodologia assentou numa abordagem qualitativa/interpretativa (Coutinho, 2011) no sentido em que se pretendeu compreender as representações dos estudantes no que se refere à promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável.

A presente investigação foi realizada na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria, e contou com a participação dos estudantes dos primeiros, segundos e terceiros anos das licenciaturas em Educação Social e em Serviço Social e os primeiros e segundos anos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) de Intervenção Social e Comunitária e de Intervenção Sociocultural e Desportiva, perfazendo um total de 133 participantes.

Como instrumento de recolha de informação, privilegiou-se o inquérito por questionário. A recolha de dados foi efetuada nos meses de novembro e dezembro de 2022. Antes da aplicação, o questionário foi sujeito a uma validação, ao nível do conteúdo e da construção, procurando-se, desta forma, assegurar a validade interna do instrumento. Não se verificando problemas de compreensão e de preenchimento, o questionário foi disponibilizado aos estudantes numa plataforma *online* (Google forms - https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScBhROj8WUQ8iavbSGPohpy2fYIPD2JVHF6WzdVqG5s1842iQ/viewform?usp=pp_url). O questionário era constituído por questões de resposta fechada e estava organizado em dois grandes grupos: um relativo aos

Direitos humanos e sua promoção e outro com enfoque no Desenvolvimento sustentável. Os dados recolhidos foram analisados recorrendo a técnicas de estatística descritiva simples. O preenchimento do questionário só foi possível após aceitação e consentimento de participação no estudo, sendo garantida a preservação do anonimato e da confidencialidade.

5. Apresentação e Discussão dos Resultados

Tal como já foi enunciado no ponto anterior, os questionários aplicados estavam estruturados em dois grandes blocos, construídos em função dos objetivos de investigação.

Assim, no que concerne ao primeiro objetivo - conhecer as representações dos estudantes no que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos – foi pedido aos participantes que se posicionassem, utilizando a escala de Likert de cinco pontos (não concordo/concordo pouco/nem concordo, nem discordo/concordo/concordo muito), perante as seguintes afirmações: a sociedade deve promover mais igualdade de oportunidades; o contacto entre culturas é estimulante e enriquecedor; todas as pessoas devem ser respeitadas de igual forma, independentemente da origem racial ou étnica, religião ou fé, sexo, deficiência, idade, orientação sexual ou identidade de género; a sociedade deve assumir a responsabilidade pelo bem-estar de indivíduos e família; a sociedade deve fornecer serviços básicos de saúde gratuitos; deve ser reconhecido o direito de asilo quando os direitos humanos estão ameaçados; todas as pessoas devem ser livres e obter igual proteção ao abrigo da lei; um refugiado ou imigrante no meu país deve ter os mesmos direitos que eu, designadamente a encontrar emprego; o acesso aos serviços públicos deve ser garantido a todos, e em particular às pessoas mais vulneráveis; cada país pode fazer muito para manter a paz no mundo; entendo que todas as pessoas se devem poder expressar livremente em público e em privado; o direito à privacidade dos cidadãos deve ser garantido em todas as situações.

Os dados apurados permitem perceber que, em todas as questões, é significativa a percentagem de estudantes que responde “concordo” ou “concordo muito”, ficando o somatório destas duas hipóteses de resposta entre os 60% e os 75% do número total de inquiridos, revelando sensibilidade para a questão dos direitos humanos. Contudo, verifica-se, também, que a hipótese neutra “nem concordo, nem discordo” surge em todas as afirmações com uma percentagem considerável, situando-se entre os 10% e os 25%. Embora numa percentagem mais residual, também se constata respostas de “concordo pouco” e “não concordo” na maior parte das questões.

Neste sentido, os dados revelaram que, apesar de os estudantes se manifestarem, de um modo geral, sensíveis às diversas questões que envolvem os direitos humanos, a verdade é que se constata uma percentagem significativa de estudantes que manifesta indiferença, neutralidade, desconhecimento e, até, posições contrárias a comportamentos promotores dos direitos humanos. Este aspeto é particularmente visível nas afirmações que são mais fraturantes, ou seja, ligadas à responsabilidade social e onde é convocado um maior envolvimento dos inquiridos na resolução de situações.

Os resultados permitem-nos perceber ainda que, embora os estudantes revelem alguns conhecimentos relativamente aos direitos humanos, também demonstram uma menor propensão para a adoção de comportamentos de inclusão e responsabilidade social, contrariando o que é preconizado pelo *Livro Verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior* (Marques, 2018). Com efeito, verifica-se que o sentido de responsabilidade e de cidadania ativa dos estudantes, numa lógica de desenvolvimento da cultura universal dos direitos humanos (Benevides, Amorim & Rego, 2018), carece de um maior desenvolvimento e reforço. Neste domínio, é de equacionar que práticas educativas poderão ser realizadas pela IES no âmbito da formação pessoal e profissional destes estudantes, numa lógica de construção de sujeitos capazes de exigir o respeito pelos seus direitos, mas também o respeito dos direitos dos outros (Lúcio, 2013; Sacavino, 2022; Zluhan & Raitz, 2014).

Para que as práticas sociais de respeito pelos direitos humanos ganhem efetividade no quotidiano dos sujeitos (Benevides, Amorim & Rego, 2018), as IES devem encontrar formas de envolvimento dos estudantes em diversas iniciativas de carácter formal e não formal, designadamente em contextos específicos de prática profissional (Marques, 2018), de modo a formar cidadãos e futuros profissionais da área da intervenção social competentes tecnicamente, mas igualmente responsáveis.

Passando agora para a discussão do segundo objetivo - perceber a perspetiva dos estudantes no que concerne à problemática do Desenvolvimento sustentável – foi solicitado aos participantes que se posicionassem, através da utilização da escala já explicada no objetivo anterior, relativamente às seguintes questões: eu conheço alguns textos que tratam o tema de desenvolvimento sustentável; as três dimensões do desenvolvimento sustentável são: económica, social e ambiental; eu sei muito sobre sustentabilidade; a ação humana ao longo do tempo tem produzido consequências desastrosas no meio ambiente; a proteção ambiental e a qualidade de vida das pessoas estão diretamente interligadas; a proteção ambiental é mais importante que o crescimento industrial; a biodiversidade deve ser protegida em detrimento da proteção agrícola e industrial; o desenvolvimento de edifícios é menos importante que a

proteção ambiental; as políticas económicas do governo devem aumentar a produção sustentável, mesmo que isso signifique gastar mais dinheiro; as pessoas devem sacrificar-se mais para reduzir as diferenças económicas entre as populações; reduzir a pobreza e a fome no mundo é mais importante do que aumentar o bem-estar económico dos países industrializados; um governo deve agir com políticas específicas para evitar o desperdício dos seus recursos naturais; as políticas económicas do governo devem aumentar o comércio justo.

Os dados revelam que os estudantes, no que concerne ao conhecimento do tema desenvolvimento sustentável, se manifestaram de modo neutro, incidindo a maior percentagem das respostas (65%) no ponto “nem concordo, nem discordo”, revelando necessidade de um maior aprofundamento do assunto. Os dados demonstram também, que apesar da maioria dos estudantes (entre 50% a 65%) considerar que a ação humana tem tido consequências desastrosas no meio ambiente, sobe a percentagem de participantes que responde “nem concordo, nem discordo”, “concordo pouco” e “não concordo” (cerca de 70%) nas afirmações que incidem sobre a valorização de políticas e comportamentos que valorizem o meio ambiente em detrimento do crescimento económico.

Conseguimos, assim, perceber que os estudantes revelam deter poucos conhecimentos sobre esta temática e uma perceção mais neutra, e, até, mais negativa, relativamente ao desenvolvimento sustentável, sobretudo quando este implica secundarizar as questões económicas. Estes resultados vêm reforçar a necessidade de se apostar na sensibilização e formação para esta temática, uma vez que é reconhecido que as IES são uma das principais instituições impulsionadoras dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável, com um papel ativo nas comunidades locais, nacionais e internacionais no que se refere à implementação da Agenda 2030 (Marques, 2018; Teixeira, Costa, Coelho & Barbosa, 2022).

Os dados também nos permitem perceber que nas questões em que os estudantes têm de se posicionar relativamente à promoção dos ODS em detrimento do seu bem-estar económico, a opinião generalizada tende a ir para os pontos “não concordo”, “concordo pouco” (cerca dos 55%). Este aspeto vem dar força à necessidade de se investir em estratégias pedagógicas que favoreçam a capacidade crítica, política e cidadã dos estudantes na construção de uma sociedade justa e emancipada (Marques, 2018). Deve procurar-se a formação de cidadãos e profissionais que se tornem em agentes sociais multiplicadores dos valores do desenvolvimento sustentável, conscientes dos seus impactos na sociedade e “ignorar este facto ou secundarizá-lo face às competências técnicas é algo que poderá trazer graves consequências individuais, organizacionais e sociais” (Marques, 2018, p. 66).

Para além das questões apresentadas para dar resposta aos dois objetivos de investigação, o questionário finalizava com as três afirmações seguintes: os jovens apreendem melhor as informações se forem transmitidas por pessoas próximas da sua idade; os professores devem promover o pensamento crítico; os professores devem manter o pensamento orientado para o futuro. Os dados recolhidos na análise destas três afirmações revelam que uma maioria expressiva (cerca de 85%) “concorda” e “concorda muito” com as três afirmações, resultados que, cruzados com os anteriores e ancorados no pressuposto da importância do conhecimento e do envolvimento com a promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável para quem trabalha no âmbito da intervenção social, nos levam a pensar numa proposta de ação pedagógica, a decorrer em articulação com uma associação local, a ATLAS, mais especificamente, uma colaboração direta no projeto MEXE-TE.

A operacionalização desta parceria vai possibilitar aos estudantes destes cursos o desenvolvimento de diversas vertentes dos direitos humanos e dos ODS, através da conceção e da implementação de diferentes iniciativas, realizadas quer no contexto da IES, quer em contextos específicos da prática profissional, indo ao encontro da aprendizagem-serviço (Marques, 2018), ideia já referida na primeira parte deste trabalho.

5.1. Proposta de Intervenção: Parceria com a ATLAS e o Mexe-te

A ATLAS- People Like us é uma Associação de Cooperação para o Desenvolvimento e tem como missão intervir na comunidade, de modo a criar alavancas de Desenvolvimento Humano Integrado e Sustentável, através da promoção do voluntariado e da cooperação. Com sede em Coimbra, atua também nas cidades de Leiria, Marinha Grande, Pombal, Alcobaça e Batalha. A ATLAS tem três grandes linhas de atuação: a Cooperação para o Desenvolvimento; a Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global e o Desenvolvimento Local.

Enquadrado na linha de atuação Educação para o Desenvolvimento e para a Cidadania Global, o MEXE-TE é um projeto que pretende sensibilizar e mobilizar jovens para os problemas atuais e temas relacionados com o Desenvolvimento Humano Sustentado e Integrado. O Projeto pressupõe uma intervenção direta nos Estabelecimentos de Ensino através da implementação de ações de educação não formal, que permitem consciencializar os jovens para os Objetivos de Desenvolvimento sustentável e a procura de soluções alternativas às existentes. Trata-se de educação não formal entre Pares onde a partilha de conhecimentos é feita pelos ativadores sociais (jovens do ensino superior) para outros jovens

(do ensino secundário), com vista a desenvolver competências pessoais e sociais, motivando os jovens para adoção de um papel ativo. Os estudantes do ensino superior terão, assim, de aprender para depois ensinar.

O projeto será realizado através das seguintes etapas: 1º Analisar as necessidades e escolher em conjunto com as escolas e alunos as temáticas a abordar, tendo sempre como temática central os Objetivos de Desenvolvimento sustentável; 2º Capacitar os jovens para serem ativadores sociais, capazes de transmitir conhecimentos e mobilizar; 3º Apoiar os jovens ativadores sociais na investigação e planeamento das atividades; 4º Dar suporte à concretização de atividades.

Com este projeto pretendemos fomentar um maior compromisso para com a transformação social através da aprendizagem experiencial; desenvolver a consciência social, fortalecendo relacionamentos positivos; a aquisição de conhecimento teórico-práticos; a construção de apresentações e dinâmicas de sensibilização. Em síntese, e em linha com o apresentado na primeira parte deste trabalho (Marques, 2018; Benevides, Amorim & Rego, 2018), pretende-se com este projeto educar no contexto de uma dinâmica de interação social, com base em princípios éticos, em favor da ampliação da cidadania, do aprofundamento da democracia e do desenvolvimento das sociedades.

Considerações Finais

Os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento sustentável, são fundamentais na construção de comunidades mais resilientes e inclusivas, promotoras de prosperidade e bem-estar (Assy, 2022; Flowers, 2002; Gamarnikow, 2013). Desenvolvidas sob o signo dos direitos humanos, as sociedades contemporâneas reconhecem cada vez mais a importância do conhecimento e da consciência destes direitos enquanto elemento crucial para a capacitação na luta pelo respeito dos direitos dos outros e para a reivindicação dos seus próprios direitos (Caride Gómez, 2007). A complexidade deste fenómeno, por ter diversas camadas de clivagem, é um desafio para o qual é preciso unir esforços de trabalho nas diversas áreas dos direitos humanos e nos diferentes contextos de educação e formação (Grubba & Nistler, 2018; Lopes & Vicente, 2014).

Falar de direitos humanos é falar de um mundo mais justo, produtivo e sustentável, numa equação onde entra, inevitavelmente, o desenvolvimento de atitudes e de comportamentos adequados na construção e defesa de uma cultura universal dos direitos humanos para todos.

Assim, atuar sob a égide dos direitos humanos é uma responsabilidade de todos os cidadãos, mas especialmente daqueles que se estão a formar, assumindo, assim, as Instituições de Ensino Superior um papel de relevo (Marques, 2018).

Este aspeto toma especial relevo quando focamos, mais concretamente, os estudantes que estão em cursos da esfera da intervenção social e a quem é pedida uma maior literacia neste domínio, uma vez que se estão a formar em áreas que têm na sua base o compromisso ético-político com o respeito e a promoção dos direitos humanos (Lúcio, 2013; Sacavino, 2022; Zluhan & Raitz, 2014).

Ao longo do texto apresentado foram conhecidas e analisadas as representações dos estudantes a frequentar cursos na área da intervenção social na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria (Portugal), no que se refere à promoção e proteção dos direitos humanos e à problemática do Desenvolvimento sustentável. Os dados recolhidos permitiram perceber que, embora estas áreas de intervenção reclamem dos próprios estudantes vastos conhecimentos dos direitos humanos, das suas garantias e formas de defesa, estes nem sempre são do conhecimento geral. Para além disso, embora os estudantes e futuros profissionais reconheçam a importância da construção de uma cultura de respeito à dignidade humana, quando a construção desta cultura tem implicações diretas na alteração das suas práticas quotidianas, os estudantes atribuem-lhe menor importância e significado.

Portanto, percebe-se a necessidade de se apostar em estratégias pedagógicas diferentes e diferenciadoras, que promovam a formação de personalidades autónomas, intelectual e afetivamente, capazes de julgar, escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontas para exigir não apenas os seus direitos, mas também que os direitos dos outros sejam respeitados e cumpridos (Benevides, Amorim & Rego, 2018; Council of Europe, 2010). Emerge, pois, a necessidade de educar para saber agir, mobilizando um conjunto de estratégias e práticas que foquem não só os contextos escolares, mas parcerias com instituições da área (Marques, 2018; Teixeira, Costa, Coelho & Barbosa, 2022). Tendo estas ideias como pressuposto, apresentamos uma proposta de intervenção que se operacionaliza numa parceria com uma associação local, a Atlas-People Like Us, que irá permitir a aquisição de conhecimentos e competências, alicerçadas na própria vivência dos valores.

Referências Bibliográficas

Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) (2023, janeiro 12). Disponível em <http://www.maletas.ena.com.pt/?cix=1018&curr=802&curr3=802&ixf=seccao&lang=1>

- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos humanos (ACNUDH) (2023, janeiro 24). Disponível em <https://acnudh.org/pt-br/o-escritorio/>
- Assy, B. (2022). A promessa não cumprida dos direitos humanos, sua ficção real e o sujeito da injustiça. In B. Assy, M.N Bernardes, M. N. & A. Pele (Org.), *Direitos humanos: Entre Captura e Emancipação* (pp. 21-38). Ed. PUC-Rio.
- Barreiro, G, Faria, G. & Santos, R. (2011). Educação em direitos humanos: Uma tarefa possível e necessária. *Educação em Perspectiva*, 2(1), 58- 77. <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v2i1.72>
- Benevides, M., Amorim, R. & Rego, E. (2018). Educação em Direitos humanos e Ensino Superior: Uma Análise do Currículo e da Formação Docente nas Licenciaturas do Instituto Federal do Ceará. *Contexto & Educação*, 33 (104), 291-322. <http://dx.doi.org/10.21527/2179-1309.2018.104.291-322>
- Caride Gómez, A. J. (2007). Derechos humanos y políticas educativas. *Bordón*, 59 (2-3), 313-334. <https://recyt.fecyt.es/index.php/BORDON/article/view/36528/20176>
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC). (2023, janeiro 25). *Direitos humanos*. <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>
- Comissão Nacional da UNESCO. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/a-cnu>
- Council of Europe (2010). *Charter on Education for Democratic Citizenship and Human Rights Education*. Council of Europe Publishing. Disponível em <https://www.coe.int/en/web/edc/charter-on-education-for-democratic-citizenship-and-human-rights-education>
- Coutinho, C. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*. Almedina.
- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022. <https://ened-portugal.pt/site/public/paginas/introducao-pt-2.pdf>
- Flowers, N. (2002). *Direitos humanos, Aqui e Agora. Uma contribuição para a Década das Nações Unidas para a Educação dos Direitos humanos, 1995-2004*. Amnistia Internacional - Secção Portuguesa. https://www.amnistia.pt/static/www.amnistia.pt/files/documentacao/DH_Aqui_e_Agora.pdf
- Gamarnikow, E. (2013). Educação, (in)justiça social e direitos humanos: combatendo desigualdades na globalização turbocapitalista. *Revista Brasileira de Educação*, 18 (52), 189-243. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000100011>
- Grubba, L. & Nistler, R. (2018). O ideal de direitos humanos nos sistemas regionais de proteção. *Direito & Paz*, 38 (10), 251-268.
- Institute for democracy and electoral assistance (IDEA) (2021). *The global state of democracy 2021: Building resilience in a pandemic era*. <https://doi.org/10.31752/idea.2021.91>
- Lopes, A. & Vicente, M.J. (2014). Guia para facilitadores/as: Direitos humanos e cidadania. EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal. [https://www.cidadaniaemp Portugal.pt/wp-content/uploads/recursos/eapn/Guia%20para%20facilitadores\(as\)%20Direitos%20Humanos%20e%20Cidadania.pdf](https://www.cidadaniaemp Portugal.pt/wp-content/uploads/recursos/eapn/Guia%20para%20facilitadores(as)%20Direitos%20Humanos%20e%20Cidadania.pdf)
- Lúcio, L. A. (2013). Desenvolvimento, educação e direitos humanos. *Revista Portuguesa de Educação*, 26(2), 225-243. <https://doi.org/10.21814/rpe.3254>
- Marques, R. (Coord.). (2018). *Livro verde sobre responsabilidade social e instituições de ensino superior*. ORSIES – Observatório sobre Responsabilidade Social e Instituições de Ensino Superior. https://www.orsies.forum.pt/images/PDF/Livro_Verde.pdf

Moreira, V & Gomes, C. (Coord.) (2013). *Compreender os direitos humanos: Manual de educação para os direitos humanos*. Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos humanos- Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). https://igc.fd.uc.pt/manual/pdfs/manual_completo_capas.pdf

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) (2019). *Future of education and skills 2030*. Organisation for Economic Co-operation and Development. [https://www.oecd.org/education/2030-project/contact/OECD Learning Compass 2030 Concept Note Series.pdf](https://www.oecd.org/education/2030-project/contact/OECD_Learning_Compas_2030_Concept_Note_Series.pdf)

Pereira, C., Soares, C., Cavaco, C., Saldanha, F., Santos, S., Marques, T. & Oliveira, T. (2021). *Objetivos de Desenvolvimento sustentável*. Livro 1. Plátano Editora.

Sacavino, S. (2022). Os desafios da educação em direitos humanos no fortalecimento da democracia. *Bauru*, 10(2), 85-107. <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/169/84>

Teixeira, C., Costa, J., Coelho, L.S., & Barbosa, T. (2022). *A Educação para o Desenvolvimento nas Escolas Superiores de Educação: Diagnóstico e Capacitação*. ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação.

Trivisonno, A. (2020). Direitos humanos e fundamentais: Questões conceituais. *Joaçaba*, 21 (1), p. 7-18. <https://doi.org/10.18593/ejl.24359>

Zluhan, M. & Raitz, T. (2014). A educação em direitos humanos para amenizar os conflitos no cotidiano das escolas. *Rev. bras. Estud. Pedagog*, 95 (239), 31-54. <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/zrxjQZWMYfQbzTW58rjSJQt/?lang=pt&format=pdf>